

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.291.715 - SP (2018/0110425-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : CARLOS ROBERTO SANTOS DE BARROS
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO SANTOS DE BARROS (EM CAUSA PRÓPRIA)
- SP029934B
GUILHERME MARIUS YSHIKAWA SALUSSE - SP169279
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO CABO FRIO
ADVOGADOS : JOÃO BATISTA LISBOA NETO E OUTRO(S) - SP080223
CAMILA FRANCO LISBOA - SP305283
INTERES. : TOCA ADMINISTRACAO DE BENS S/C LTDA

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto por CARLOS ROBERTO SANTOS DE BARROS, fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 234):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA -

Assistência Judiciária - Benesse que restou indeferida em primeiro grau - Hipótese em que houve o recolhimento de preparo recursal - Ato incompatível com a vontade de recorrer - Preclusão lógica operada. Recurso não conhecido, nesta parte - Desconsideração da personalidade jurídica - Alegação de nulidade da citação - Inocorrência - Citação pessoal dos sócios, visto que a intimação quanto à eventual constrição de seus bens basta para garantia da ampla defesa e do contraditório - A intimação da constrição contempla tais garantias - Alegação de Impenhorabilidade de imóvel que serve de residência - Descabimento - Imóvel dado em hipoteca por mais de uma vez, inclusive para garantia de dívida da pessoa jurídica da qual é sócio - Postura incompatível com a alegação da proteção legal ao bem - Elementos probatórios dos autos que também se mostram insuficientes para a arguição da benesse, caso admita - Decisão de primeiro grau que deve ser mantida - RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 2º, 4º, 6º, da Lei 1.060/50; 9º, 98, 99, 133 e 137 do CPC/15; 1º, 3º, V, da Lei 8.009/90 e 50 do CC, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese,

que: (i) faz jus ao benefício da concessão da gratuidade de justiça; (ii) não houve o atendimento dos requisitos para que houvesse a desconsideração da personalidade jurídica; (iii) não houve a regular citação dos sócios, sendo nula a desconsideração da personalidade jurídica por impedimento ao direito de defesa; (iii) é inaplicável o instituto da penhora "quando a hipoteca é dada como garantia de empréstimo contraído em favor de sociedade empresária, mesmo naqueles casos nos quais o próprio titular do bem gravado onde reside com sua família, é sócio da empresa" - (fl. 268).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante ao pleito de gratuidade judiciária, a Corte de origem consignou, *in verbis* (fl. 236):

*Inicialmente, cumpre ressaltar que, não obstante a presente insurgência recursal tenha por objeto o indeferimento dos benefícios da gratuidade processual ao executado, ora agravante, constata-se que houve o recolhimento voluntário das custas processuais pelo recorrente (fls. 189/190), o que além demonstrar que ele dispõe de meios suficientes para arcar com as custas e despesas do processo, configura ato incompatível com sua pretensão de obter a referida benesse, **restando caracterizada, portanto, a preclusão lógica.***

Ocorre que a parte recorrente não impugnou a fundamentação acima, autônoma e suficiente à manutenção do aresto hostilizado, a qual permaneceu incólume. Dessa forma, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". Veja-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO DESERTA. ARTS. 158 e 511, § 2º, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 211/STJ E Nº 282/STF. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA Nº 283/STF.

COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO ESBULHO E HONORÁRIOS EXORBITANTES. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal - Súmula nº 283/STF.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 595.189/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 27/11/2014)

A respeito da alegação de que seria necessária a citação dos sócios da empresa após a desconsideração da personalidade jurídica, na fase de execução, a Corte de origem a afastou por compreender que *"a mera intimação das constrições sobre os bens particulares - quando se tem ciência inequívoca da constrição - assegura ao sócio a possibilidade de exercer o contraditório e a ampla defesa"* - (fl. 238), acentuando que a finalidade da citação foi suprida, pois *"a ciência inequívoca ocorreu inclusive com a apresentação de embargos do devedor, pelo ora agravante, os quais foram recebidos como impugnação ao cumprimento"* - (fl. 242).

Ocorre que o referido posicionamento está em consonância com a jurisprudência desta Corte de Justiça acerca da possibilidade de defesa posterior à desconsideração, conforme se observa das ementas a seguir:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E MATERIAIS. OBSERVÂNCIA. CITAÇÃO DOS SÓCIOS EM PREJUÍZO DE QUEM FOI DECRETADA A DESCONSIDERAÇÃO. DESNECESSIDADE. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO GARANTIDOS COM A INTIMAÇÃO DA CONSTRIÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIA ADEQUADA PARA A DISCUSSÃO ACERCA DO CABIMENTO DA DISREGARD. SÚM 83/STJ.

1. Na hipótese, o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em consonância com aquele perfilhado pelo STJ, no sentido de que "A superação da pessoa jurídica afirma-se como um incidente processual e não como um processo incidente, razão pela qual pode ser deferida nos próprios autos, dispensando-se também a

citação dos sócios, em desfavor de quem foi superada a pessoa jurídica, bastando a defesa apresentada a posteriori, mediante embargos, impugnação ao cumprimento de sentença ou exceção de pré-executividade." (REsp 1096604/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 16/10/2012). Incidência da Súmula 83/STJ na hipótese.

2. A admissibilidade do recurso especial, na hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional, exige a indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente (arts.

541 do CPC e 255 do RISTJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento

*(AgRg no REsp 1182385/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 11/11/2014)*

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E MATERIAIS. OBSERVÂNCIA. CITAÇÃO DOS SÓCIOS EM PREJUÍZO DE QUEM FOI DECRETADA A DESCONSIDERAÇÃO. DESNECESSIDADE. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO GARANTIDOS COM A INTIMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIA ADEQUADA PARA A DISCUSSÃO ACERCA DO CABIMENTO DA DISREGARD. RELAÇÃO DE CONSUMO. ESPAÇO PRÓPRIO PARA A INCIDÊNCIA DA TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO. ART. 28, § 5º, CDC. PRECEDENTES.

1. A desconsideração da personalidade jurídica é instrumento afeito a situações limítrofes, nas quais a má-fé, o abuso da personalidade jurídica ou confusão patrimonial estão revelados, circunstâncias que reclamam, a toda evidência, providência expedita por parte do Judiciário. Com efeito, exigir o amplo e prévio contraditório em ação de conhecimento própria para tal mister, no mais das vezes, redundaria em esvaziamento do instituto nobre.

2. A superação da pessoa jurídica afirma-se como um incidente processual e não como um processo incidente, razão pela qual pode ser deferida nos próprios autos, dispensando-se também a citação dos sócios, em desfavor de quem foi superada a pessoa jurídica, bastando a defesa apresentada a posteriori, mediante embargos, impugnação ao cumprimento de sentença ou exceção de pré-executividade.

3. Assim, não prospera a tese segundo a qual não seria cabível, em

sede de impugnação ao cumprimento de sentença, a discussão acerca da validade da desconsideração da personalidade jurídica. Em realidade, se no caso concreto e no campo do direito material fosse descabida a aplicação da Disregard Doctrine, estar-se-ia diante de ilegitimidade passiva para responder pelo débito, insurgência apreciável na via da impugnação, consoante art. 475-L, inciso IV. Ainda que assim não fosse, poder-se-ia cogitar de oposição de exceção de pré-executividade, a qual, segundo entendimento de doutrina autorizada, não só foi mantida, como ganhou mais relevo a partir da Lei n. 11.232/2005.

4. Portanto, não se havendo falar em prejuízo à ampla defesa e ao contraditório, em razão da ausência de citação ou de intimação para o pagamento da dívida (art. 475-J do CPC), e sob pena de tornar-se infrutuosa a desconsideração da personalidade jurídica, afigura-se bastante - quando, no âmbito do direito material, forem detectados os pressupostos autorizadores da medida - a intimação superveniente da penhora dos bens dos ex-sócios, providência que, em concreto, foi realizada.

(...)

(REsp 1096604/DF, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 16/10/2012)

Quanto à possibilidade ao não de penhora do bem de família, quando dado em garantia de dívida por um dos sócios de pessoa jurídica devedora, recente julgado desta Corte Superior sedimentou o seguinte entendimento: "*a) o bem de família é impenhorável, quando for dado em garantia real de dívida por um dos sócios da pessoa jurídica devedora, cabendo ao credor o ônus da prova de que o proveito se reverteu à entidade familiar; e b) o bem de família é penhorável, quando os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado, sendo ônus dos proprietários a demonstração de que a família não se beneficiou dos valores auferidos*".

Confira-se a ementa do referido julgado:

"PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. BEM DE FAMÍLIA OFERECIDO EM GARANTIA HIPOTECÁRIA PELOS ÚNICOS SÓCIOS DA PESSOA JURÍDICA DEVEDORA. IMPENHORABILIDADE. EXCEÇÃO. ÔNUS DA PROVA. PROPRIETÁRIOS.

1. O art. 1º da Lei n. 8.009/1990 instituiu a impenhorabilidade do bem de família, haja vista se tratar de instrumento de tutela do direito fundamental à moradia da família e, portanto,

indispensável à composição de um mínimo existencial para uma vida digna, ao passo que o art. 3º, inciso V, desse diploma estabelece, como exceção à regra geral, a penhorabilidade do imóvel que tiver sido oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.

*2. No ponto, a jurisprudência desta Casa se sedimentou, em síntese, no seguinte sentido: a) o bem de família é impenhorável, quando for dado em garantia real de dívida por um dos sócios da pessoa jurídica devedora, cabendo ao credor o ônus da prova de que o proveito se reverteu à entidade familiar; e b) **o bem de família é penhorável, quando os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado, sendo ônus dos proprietários a demonstração de que a família não se beneficiou dos valores auferidos.***

3. No caso, os únicos sócios da empresa executada são os proprietários do imóvel dado em garantia, não havendo se falar em impenhorabilidade.

4. Embargos de divergência não providos."

(EAREsp 848.498/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 07/06/2018)

Na hipótese dos autos, a Corte de origem afastou a aplicação das regras atinentes à impenhorabilidade do bem de família, por entender que "*o imóvel objeto da constrição que se pretende afastar, foi dado em garantia hipotecária inclusive de dívida contraída em nome da pessoa jurídica, originariamente demandada, da qual é sócio, ato esse em clara renúncia à proteção legal conferida ao bem de família*" - (fl. 244). Contudo, não há no acórdão recorrido elementos suficientes para o exame da controvérsia à luz do atual entendimento deste Tribunal Superior, quais sejam, a) valores auferidos beneficiaram a família e b) os únicos sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que examine a tese de impenhorabilidade do bem de família à luz da jurisprudência deste STJ (EAREsp 848.498/PR).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator